

EDITORIAL v. 32, n.º. 02, 2023

O presente número apresenta uma pluralidade de temas, que denota o quanto os(as) pesquisadores(as) vêm ampliando os objetos de estudo e contribuindo em diferentes frentes para a qualidade das práticas educativas, das políticas públicas, da formação de professores, entre tantos outros aspectos da vida em sociedade.

Assim, o segundo número da Revista Momento: diálogos em educação de 2023 é composto por um dossiê intitulado “*Redes feministas em ABYA YALA: educação, desafios e imaginações transformadoras*”, que foi organizado pelas professoras Amanda Motta Castro, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Mónica Cejas, da Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco. Além desse, contamos com a publicação de doze artigos de fluxo contínuo, que retratam a realidade da educação brasileira na atualidade ao abordarem temáticas que discutem a democratização da educação em âmbito da educação infantil e sua fragilidade no que tange ao acesso a esse direito, as questões relativas à formação inicial e continuada de professores, o potencial dos recursos pedagógicos para a intervenção nos processos de aprendizagens e para o trabalho de reconhecimento dos saberes das comunidades quilombolas, as práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos, a literatura, a valorização do trabalho docente, e os desafios enfrentados no ensino remoto pelos professores e estudantes não só da Educação Básica, mas também do nível superior.

Assim, o primeiro artigo, *A judicialização na Educação Infantil no município do Rio Grande e seus efeitos para a educação das crianças de 0 a 3 anos*, de autoria de Raquel Lempek Trindade e Maria Renata Alonso Mota analisa e problematiza a demanda de processos judiciais para a efetivação de vagas na Educação Infantil no município do Rio Grande/RS, especialmente no que diz respeito às crianças de zero a três anos de idade e seus efeitos para essa etapa educacional. Nesse ínterim, foram analisadas liminares judiciais que versam sobre o acesso à Educação Infantil no município, bem como entrevistas realizadas com uma família que ingressou com processo judicial, a fim de obter vaga na creche e com a coordenadora do Núcleo de Matrículas da SMEd. Ademais, foram considerados dados do Censo Escolar e do Sistema de Gestão de Dados da SMEd do Rio Grande (RS). As autoras concluem, a partir da análise, que as políticas públicas voltadas para a infância se constituem no interior da racionalidade

política do nosso tempo, assim como possibilitam perceber que há uma fragilização da qualidade do atendimento frente à exigibilidade do direito e isso se dá por meio do processo de judicialização. Nesse sentido, o direito de acesso parece se sobrepor ao direito da qualidade.

O segundo texto, de Márcia Gomes Anjos, Maricleide Pereira de Lima Mendes e Idalina Souza Mascarenhas Borghi, é intitulado *Vivências de uma residente no Programa Residência Pedagógica em uma escola do campo: uma análise crítico-reflexiva* e teve como objetivo apresentar as ações desenvolvidas por uma residente no Programa Residência Pedagógica, do Núcleo de Ciências da Natureza do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitações em Ciências da Natureza e Matemática (2018-2019), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, *campus* Feira de Santana (BA). A metodologia pautou-se nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo a partir das regências realizadas em uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, na disciplina de Ciências, em uma unidade do Ensino Básico no município de Iraquara (BA). Os resultados do trabalho evidenciaram que o Programa de Residência Pedagógica proporcionou à estudante um maior convívio com o cotidiano escolar do campo, assim como possibilitou reflexões sobre o seu processo formativo e uma articulação entre a teoria e a prática por meio da vivência do ser docente.

O terceiro trabalho, de Paulino Ferreira Filho, Rosilene Paula da Silva e Helena Amaral da Fontoura, *Percepção da disciplina de biologia pela comunidade do curso técnico em edificações na modalidade de educação de jovens e adultos*, teve como objetivo compreender a percepção da Comunidade do Curso Técnico em Edificações referente à Disciplina de Biologia. O estudo de caso teve como integrantes da pesquisa a Professora de Biologia, a Chefe do Departamento de Área de Construção Civil, a Técnica em Assuntos Educacionais e alunos do Curso de Edificações, turmas de 1º e 3º semestre. Por meio de questionário semiestruturado, observações e análise de documentos, os autores identificaram que a Técnica em Assuntos Educacionais apresentou um melhor entendimento da relação entre Biologia e Edificações, citando a busca por minimizar impactos causados pela obra no ambiente, além do planejamento e utilização de produtos e materiais corretamente nas construções. Os alunos, por sua vez, salientaram que estudar Biologia é importante, pois os leva a conhecer os seres vivos e o funcionamento do corpo, valorizando também o meio ambiente; entretanto, alguns deles afirmaram que a Biologia não contribuiu em nada na sua formação como técnicos. Assim, os

autores inferem a necessidade de maior contextualização dos conteúdos de Biologia com as questões próprias da Área de Edificações.

O quarto artigo, *Livros paradidáticos na educação escolar quilombola: lugar da identidade e do pertencimento étnico*, de Thays Emanuely Alves de Araújo, Maria Fernanda dos Santos Alencar e Cinthya Torres Melo, investigou de que forma a utilização dos livros paradidáticos contribui para a valorização da identidade e do pertencimento étnico das comunidades quilombolas. Logo, foram tecidas reflexões sobre a Educação Escolar Quilombola e a utilização de materiais de apoio pedagógico - o livro paradidático, nos espaços escolares. A partir deste estudo, de caráter bibliográfico, as autoras verificaram que ainda é um grande desafio se ter em escolas quilombolas livros didáticos e paradidáticos que representem a cultura e dialoguem com os saberes das comunidades quilombolas, reconhecendo tais identidades de forma positiva.

O quinto texto, *Imaginário na apreensão da realidade amazônica no conto “A feiticeira” de Inglês de Sousa*, escrito por Geovane Alves de Paiva, Raquel Aparecida Dal Cortivo e Pedro Manoel Monteiro apresenta considerações sobre a literatura amazônica e a forma de representação do imaginário que tanto aponta para dualidades do tipo cidade/campo, centro/periferia e civilizado/selvagem. Ultrapassada a fase do olhar estrangeiro e da apreensão por via do exotismo, outras histórias se seguem, incorporando o elemento imaginário à narração ambientada na região de forma a evidenciar certa cosmovisão na qual a realidade é permeável aos elementos da imaginação e suscetível a eles. Portanto, tal característica não é restrita à expressão de certa regionalidade, embora possa ser assim compreendida, pelo contrário, pode representar a força dessa literatura como expressão genuína do Brasil profundo.

O sexto artigo é intitulado *Role Playing Game na educação brasileira: uma revisão sistemática*, e é de autoria de Pedro Henrique Matias Marques Gomes, Angelina Nunes de Vasconcelos e Marcel de Lima Correia. O mesmo apresenta uma revisão sistemática da literatura acerca do uso do *Role-Playing-Game (RPG)* na educação brasileira. Os resultados denotam a potencialidade do RPG enquanto uma ferramenta de ensino e intervenção. Além disso, são apresentadas e discutidas as limitações da ferramenta, principalmente com relação à aplicabilidade pedagógica.

O sétimo trabalho, *A valorização docente nos trabalhos acadêmicos: revisão de*

literatura de 2000 a 2020, de autoria de Danyela Medeiros, Shirleide Pereira da Silva Cruz e Maira Vieira Amorim Franco, apresenta uma revisão de literatura a respeito da valorização docente no Brasil, nos trabalhos acadêmicos produzidos no período de 2000 a 2020, em teses e dissertações. As análises foram feitas a partir de textos legislativos, da Constituição Federal de 1988 e de avaliações das políticas educacionais para valorização docente em nível nacional, estadual ou municipal, tendo como ponto em comum a análise para aspectos relacionados à valorização de professores, tais como salário, carreira e formação continuada. Os resultados evidenciaram três perspectivas que foram recorrentes nos trabalhos para entender os mecanismos indicativos da valorização. São eles: 1) políticas para a carreira docente; 2) formação docente, inicial e continuada; e 3) a valorização docente como condicionante da melhoria de ensino. Ainda que as análises apontem para algum fragmento de valorização docente, os resultados são unânimes em reafirmar a necessidade de ampliar a valorização do professor enquanto profissional da educação.

O oitavo artigo, *Rodas de conversa como uma lente da realidade docente no ambiente escolar*, escrito por Josemar Moreira Campos Barbosa e Denise Lannes amplia o debate sobre o ambiente escolar por meio da análise do conteúdo das rodas de conversas vivenciadas por 33 docentes de duas escolas públicas. O processamento dos dados foi realizado pelo *software Iramuteq*, com a finalidade de identificar quais temas gerais sobre o ambiente escolar foram conjugados por meio da análise lexical. O conteúdo do discurso das rodas de conversa destaca, por exemplo, aspectos do trabalho docente que são desconsiderados na formação profissional e no ambiente escolar. A Família apresenta questões sociais e econômicas que formam barreiras ao aprendizado, a Sala de aula mostra a falta de recursos e os aspectos comportamentais dos estudantes, e a Realidade docente evidencia questões específicas do trabalho que é prescrito. Respeitar as histórias de vida individuais no processo de existência coletiva é de suma importância dadas as distintas questões pessoais, políticas e sociais que envolvem o ambiente escolar.

No nono texto, *Reflexões sobre os desafios dos professores de filosofia na educação básica no ensino remoto*, Oscar Pérez Portales e Andressa Wiebusch mapearam os desafios de professores de filosofia da Educação Básica, no ensino remoto em tempos de pandemia, quanto à transposição didática de temas filosóficos para o ensinar. A produção de dados foi realizada com professores que atuam em escolas localizadas na capital do Estado do Rio Grande do Sul

por meio de um questionário on-line, no *Google Forms*, com questões abertas para que os mesmos pudessem expressar suas opiniões, percepções e desafios com o ensino remoto. Com a análise dos resultados, os autores evidenciaram que a comunicação, as condições materiais e sociais dos estudantes, bem como a necessidade da utilização das tecnologias digitais, foram os principais desafios enfrentados pelos professores no ensino remoto.

O décimo texto, *O ensino na pandemia da Covid-19: a realidade de universitários com deficiência visual numa universidade do nordeste brasileiro*, escrito por Maria Quitéria da Silva e Neiza de Lourdes Frederico Fumes, explicita a dimensão subjetiva do ensino remoto no tocante à in/exclusão dos universitários com deficiência visual em uma Universidade Federal do nordeste brasileiro. Assim, a pesquisa foi realizada com 6 universitários com deficiência visual, de diversos cursos de graduação, os quais concederam uma entrevista para os autores, sendo esta registrada em áudio e vídeo de maneira virtual. Os resultados indicaram para aspectos como: a exclusão digital, a falta de acessibilidade nas atividades acadêmicas, sobretudo nas aulas e a falta de apoio pedagógico por parte da instituição. Assim, os autores consideraram que o ensino remoto ampliou situações de exclusão dos universitários com deficiência visual, potencializadas pela meritocracia, o capacitismo e pelo aumento das desigualdades sociais decorrentes da crise econômica e sanitária que o país enfrentou durante a pandemia.

No décimo primeiro artigo, Silvia Adrião e Denise De Micheli investigaram, por meio de um levantamento bibliográfico, a relação entre a pandemia da Covid-19 e as consequências sobre a saúde mental dos educadores no Brasil. Desse modo, no texto *A pandemia de Covid-19 no Brasil e as relações com distúrbios comportamentais em educadores: uma revisão integrativa da literatura*, as autoras apresentam um significativo número de publicações relativas ao contexto da Pandemia e à Educação em geral, sendo selecionadas para análise especialmente as que faziam referência ao trabalho docente durante o período pandêmico no Brasil. De acordo com todas as pesquisas revisadas, as autoras concluem que há consenso de que o volume de trabalho e a mudança abrupta e sem formação específica para o ensino remoto acarretaram sobrecarga e aumento do mal-estar docente em geral, além de distúrbios de comportamento, tais como ansiedade, depressão e estresse, já identificados na carreira docente antes da pandemia.

O último texto, de autoria de Eduardo Antônio de Pontes Costa e Daniela da Silva

Gomes, nomeado *Prática de alfabetização de adultos em análise: entre desafios e limites* apresenta reflexões sobre uma prática de alfabetização para a EJA ofertada, por um sistema público de ensino, no contexto da pandemia da Covid-19. Para a análise foram consideradas uma pesquisa em fontes documentais, realizada em duas escolas da rede pública de ensino, assim como um questionário aplicado junto a professores e alunos dos Ciclos I e II da EJA. Os dados indicam que os professores se deparam com limites nas atividades de alfabetização no formato remoto: acompanhar o desempenho educacional por meio das atividades de leitura e de escrita, manter o isolamento social e não ter acesso a outros recursos tecnológicos. Sobre os alunos, a precariedade no uso de dados para acompanhamento das aulas, a ausência do professor para o apoio pedagógico e a dificuldade para manusear o celular foram desafios enfrentados. De um modo geral, os dados revelam, ainda, efeitos preocupantes das práticas de alfabetização ofertadas na modalidade remota ou híbrida.

Desejamos uma boa leitura a tod@s,

Editoras

Prof^a Dr^a. Caroline Braga Michel
Prof^a Dr^a. Magda de Abreu Vicente